

RESUMO

Nos últimos anos, tem-se observado um crescimento alarmante da violência contra a população indígena, representando um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos. De maneira especial, as mulheres, crianças e idosas indígenas figuram como as principais vítimas da violência interpessoal. Com o objetivo de analisar a notificação da violência interpessoal contra mulheres indígenas no Brasil durante o período de 2015-2019, este estudo foi estratificado em três grupos etários: 4-19 anos, 20-59 anos e ≥ 60 anos. Foram identificados um total de 7.887 casos de notificações de violência contra mulheres indígenas, sendo 3.325 casos na faixa etária de 4 a 19 anos, 4.249 casos na faixa etária de 20 a 59 anos e 313 casos na faixa etária de ≥ 60 anos. Além disso, foi observado um aumento significativo no número de notificações de violência em todas as faixas etárias, durante o período de análise, correspondendo a um incremento de 123%, 95% e 46% nas faixas etárias de 4 a 19 anos, 20 a 59 anos e ≥ 60 anos, respectivamente. Ao analisar os grupos etários, verificou-se que as idades mais afetadas foram entre 12-16 anos, 20-21 anos e 60-70 anos. A violência física foi a forma mais frequente de violência relatada na faixa etária de ≥ 12 anos, enquanto a violência sexual prevaleceu na faixa etária de ≤ 11 anos. Ademais, a residência foi apontada como o local mais comum de ocorrência da violência em todos os grupos etários analisados. Quanto à escolaridade das vítimas com idade igual ou superior a 20 anos, verificou-se que a maioria apresentava baixo nível de escolaridade, sendo que os mais notificados foram indivíduos entre 20 a 59 anos com ensino fundamental incompleto. Além disso, indígenas com idade ≥ 60 anos apresentaram maiores frequências de notificações na categoria de analfabetismo. Ao estratificar as notificações por estados brasileiros, os resultados indicam que o Mato Grosso do Sul apresenta o maior número de casos de violência contra mulheres indígenas em todas as faixas etárias. Além disso, o município de Amambai é a cidade com o maior número de casos de violência notificados contra indígenas do sexo feminino, seguida por Dourados. Esses resultados destacam a urgência de políticas públicas e ações de proteção para a população indígena no Brasil. Este estudo apresentou evidências do crescente número de mulheres, crianças e idosas indígenas vítimas de diversas formas de violência no Brasil. Os resultados obtidos contribuem para o avanço do conhecimento sobre a violência contra indígenas do sexo feminino no país. É urgente a implementação de ações efetivas para enfrentar esse problema e proteger os direitos humanos da população indígena, em especial das mulheres, crianças e idosas que são as principais vítimas da violência interpessoal. É fundamental identificar e compreender os fatores que levam a esse cenário alarmante e desenvolver estratégias efetivas de prevenção e combate à violência contra indígenas do sexo feminino, a fim de construir uma sociedade mais justa para todos os brasileiros. Nesse sentido, a educação é crucial para prevenir a violência e promover uma cultura de respeito e inclusão. As escolas têm um papel importante na educação dos alunos sobre a não violência e no fomento de uma cultura de respeito e diversidade. Por isso, é essencial que as escolas priorizem o desenvolvimento de programas educacionais que promovam a não violência e o respeito aos direitos humanos, incluindo os direitos das mulheres indígenas.

Palavras-chave: Indígena, violência doméstica, abuso, SINAN.